

Serviços e Desenvolvimento Regional: Considerações a Partir do Mercado de Trabalho Cearense

RESUMO

No fim do século XX, o setor de serviços destaca-se na economia mundial e nacional, quando a globalização e reestruturação produtiva colocam esse setor como importante “colchão absorvedor” do emprego liberado principalmente pela indústria. No Brasil, isso se torna mais evidente frente às reformas institucionais adotadas nos anos 1990. O Ceará destaca-se a partir de nova estratégia de desenvolvimento que envolve ajuste fiscal e atração de investimentos. Este trabalho procura entender como se deu a dinamização do setor no estado, considerando suas repercussões para o emprego. Utiliza os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Estabelece, ainda, breves considerações sobre a perspectiva sistêmica que a atividade pode estabelecer em sua contribuição para o desenvolvimento local. Conclui que, apesar de esse setor mostrar-se dinâmico em percentuais de geração de emprego e crescimento do número de estabelecimento, tal dinamismo não é acompanhado por grandes transformações nos padrões de qualidade desse mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE

Mercado de Trabalho. Serviços. Estado do Ceará.

Christiane Luci Bezerra Alves

- Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB);
- Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (Urca).

Soraia Araújo Madeira

- Mestranda em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Júnior Macambira

- Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE);
- Diretor de Estudos e Pesquisas do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT).

1 – INTRODUÇÃO

O cenário das economias capitalistas do fim do século XX, particularmente nas décadas de 1970, 1980 e 1990, é marcado por significativas transformações nos regimes de acumulação e de regulação mundiais, que envolvem fortes mudanças nas regras do jogo competitivo, transformações das forças produtivas e tecnológicas e ruptura dos paradigmas ideológicos e institucionais, as quais se refletem em novas acomodações dentro da divisão internacional do trabalho. (ALVES; LIMA, 2009).

No campo produtivo, o modelo keynesiano-fordista, que liderara o padrão de acumulação do pós-guerra, começa a dar sinais de esgotamento em fins dos anos 1960. A recuperação das economias da Europa Ocidental e japonesa e o aumento da concorrência dos países recém-industrializados, com a conseqüente compressão da demanda efetiva por produtos americanos, influenciam na queda de lucratividade e competitividade da economia dos Estados Unidos. A economia americana é afetada, ainda, pelo binômio desequilíbrio fiscal-financiamento inflacionário, o qual torna a moeda instável, forçando a desvalorização do dólar, culminando, em 1973, com o colapso do sistema de Bretton Woods.

No âmbito mundial, a desaceleração das economias centrais, diante de um quadro de “estag-inflação”, soma-se à crise do estado do bem-estar social, dada a incapacidade dos estados nacionais de manterem os elevados gastos sociais frente à crise fiscal dessas economias. Os anos 1970 foram marcados, ainda, por um quadro de choques externos, que envolveram crises financeiras internacionais, primeiro e segundo choques do petróleo, evidenciando a crise do padrão energético do período. Esse conjunto de fatores impõe políticas de ajustes marcadas pela orientação neoliberal (a partir dos governos de Ronald Reagan, nos Estados Unidos e Margaret Thatcher, na Inglaterra).

O quadro de flutuações e crise na economia capitalista mundial evidencia a incapacidade do fordismo de responder aos desafios impostos por um ciclo econômico com demanda desaquecida. Diante do novo cenário mundial de oscilações e incertezas, uma série de novas experiências, em se tratando

de organização industrial e social, começou a vir à tona, associadas à desregulamentação do Estado e da economia em face da nova orientação neoliberal, reestruturação produtiva, além de um novo modelo de acumulação flexível.

Assim, a rigidez fordista da produção e consumo em massa, que envolve sistemas de racionalização da produção, desqualificação dos operários, padronização de peças e integração vertical, dá lugar a novos princípios de flexibilidade produtiva, com sistema produtivo mais ágil e capaz de atender às exigências de um mercado em crise, dominado por novos padrões de consumo. (HARVEY, 1992; ANTUNES, 2000).

Nessas condições, as economias de escala da produção fordista dão lugar, no regime de acumulação flexível, à competitividade por via de economias de escopo, com produção de bens variados, a preços baixos e em pequenos lotes. O uso de novas tecnologias e de novas formas de gestão da produção é acompanhado, como destacam Harvey (1992) e Antunes (2000), por novas formas de gestão de mão de obra (maior envolvimento dos trabalhadores com o processo produtivo, verticalização substituída pela horizontalização), precarização do trabalho (com a expansão do desemprego estrutural, presente em países desenvolvidos ou não), aumento da subcontratação, em face da diminuição do emprego por tempo completo, além da queda dos salários reais e perda da força dos sindicatos (alicerce do modelo fordista de produção).

A ruptura no paradigma de acumulação passa a ditar, portanto, fortes processos de reestruturação produtiva que atingem largamente o setor industrial, o qual se submete a ajustes estruturais com reflexos consideráveis no mercado de trabalho e níveis de produtividade. Como consequência, pode-se observar, paralela à adoção do modelo de produção flexível e dos altos níveis de desemprego industrial, a elevação do emprego no setor de serviços, resultado do deslocamento da mão de obra dos setores primário e secundário para aquele.

[...] A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre os setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um

vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços [...]”. (HARVEY, 1992, p. 140).

Em consonância com as alterações estruturais do sistema capitalista global, também se observa o crescimento da participação do emprego no setor de serviços na economia brasileira dos anos 1990. As alterações estruturais mais significantes ocorridas na estrutura produtiva brasileira ocorreram nesse período, principalmente pós-política de estabilização do Plano Real e pós-aprofundamento das reformas institucionais iniciadas no começo da década. Nesse cenário, destacam-se as reformas de cunho neoliberal, envolvendo desregulamentação da economia, abertura e valorização cambial, reinserção do Brasil no fluxo internacional de capitais, com o aumento do fluxo de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), além das privatizações. Os resultados são sentidos no comércio exterior, na estrutura produtiva, no padrão de investimentos e, principalmente, no mercado de trabalho, onde se observa um maior processo de terceirização, precarização do trabalho, aumento da rotatividade, maior jornada de trabalho, além do grande aumento do nível de desemprego, que passa a ter características estruturais. (ANTUNES, 1999; POCHMANN, 2001).

Dentro do processo de ajuste do mercado de trabalho no início da década, ocorre significativa redução do emprego no setor industrial. Porém, este fator é acompanhado do crescimento do emprego no setor de comércio e serviços, que funciona como “acomodador” do desemprego, absorvendo parte da força de trabalho liberada pela indústria. Nesse sentido, a maior capacidade de geração de empregos, diferentemente do que acontecera na década de 1970, desloca-se do setor industrial para o setor de serviços durante as décadas de 1980 e 1990.

De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 1996 e 2006, verifica-se que o setor de serviços, em nível nacional, é o que mais contribui para o total de emprego formal, tendo aumentado consideravelmente sua participação entre 1996 e 2006, sendo ainda o setor que apresenta a maior taxa de crescimento anual, 3,92% contra 2,56% da indústria e 3,11% da agricultura. (BRASIL, 1996; BRASIL, 2006).

Em nível estadual, o Estado do Ceará dos anos 1996 e 2006 apresentou resultados positivos no mercado de trabalho no que diz respeito ao número de postos de trabalho gerados, referentes às políticas adotadas a partir de meados dos anos 1980 (pós-primeira gestão do governo Tasso Jereissati), em que uma nova estratégia de crescimento econômico começou a ser posta em prática, envolvendo medidas de saneamento da máquina estatal, enxugamento do quadro de pessoal, além de políticas de incentivos fiscais e de atração de investimentos em infraestrutura, que resultaram num desempenho financeiro e econômico superior ao esperado. (VALOIS; ALVES, 2006a).

Diante do cenário de alterações institucionais ocorrido tanto em nível nacional como em nível estadual, este trabalho pretende traçar um painel do comportamento do setor de serviços cearense nos anos de 1996 e 2006, com destaque para a caracterização do mercado de trabalho e especificação dos padrões de qualidade do emprego no setor.

Há que se destacar que os estudos sobre serviços, apesar de terem ganho importância dado o peso que o setor tem sobre a geração de riqueza e emprego, carregam, em grande parte, limitações que são intrínsecas às atividades terciárias, principalmente devido às dificuldades metodológicas de classificação de suas atividades. As limitações também envolvem a complexidade e heterogeneidade estrutural apresentadas pelo setor, principalmente quando consideradas economias periféricas. (SILVA, 2009).

Apesar de a literatura reconhecer as dificuldades associadas ao padrão setorial dos serviços, estudos recentes começam a apontar para a perspectiva sistêmica aplicada a esse setor, à medida que novas tecnologias de informação e conhecimento, sistemas locais de inovação, são incorporados como fonte endógena de desenvolvimento. Sem ignorar essas contribuições, são feitas breves considerações sobre as relações entre setor de serviços e desenvolvimento regional a partir da análise estadual.

Em que pese às limitações dessa análise, já que o setor de serviços cearense é tomado como estudo a partir dos dados da Relação Anual de Informações

Sociais (RAIS), registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que leva em consideração o mercado formal de trabalho, o presente trabalho deve contribuir para o melhor entendimento da participação do setor na economia cearense.

2 – ESTRUTURA E DINÂMICA DO SETOR DE SERVIÇOS: UMA ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO CEARENSE

O mercado de trabalho cearense vem-se destacando pela grande quantidade de postos de trabalho gerados nas últimas décadas. Enquanto, na década de 1990, os principais polos econômicos do país apresentavam retração no emprego, particularmente o industrial (conforme Sabóia, 2001, entre 1987 e 1997, queda de 34% em São Paulo, 43% no Rio de Janeiro, 20% no Rio Grande do Sul e, no Nordeste, retração de 22% na Bahia e 32% em Pernambuco), o emprego cearense apresentava uma tendência diferenciada, apesar de serem constatados vários indicadores de que os postos de trabalho gerados revelavam intensa precarização, com elevados níveis de rotatividade e baixos níveis de remuneração. (VALOIS; ALVES, 2006b).

Na economia regional como um todo, considerando-se o setor de serviços, objeto de estudo dessa análise, verifica-se que ele se apresentou bastante atrelado ao desenvolvimento local da indústria no que diz respeito tanto ao modelo de base econômica com políticas de incentivos fiscais e de atração de investimentos como também no tocante às economias de aglomeração, ou *clusters*, e que foram primordiais para o desenvolvimento local. (PONTES; ALMEIDA, 1998).

Cabe destacar que, mais recentemente, particularmente a partir de 2002, a concessão de incentivos no Estado do Ceará passou a ser orientada pela visão de cadeias produtivas, com o objetivo de que os investimentos possam integrar e aumentar a competitividade de polos produtivos, diminuindo a necessidade de novos incentivos. Assim, as políticas de desenvolvimento local implementadas no estado, como o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), no tocante às economias de aglomeração, estão diretamente associadas ao conjunto de facilidades proporcionadas

por uma determinada localização em termos de infraestrutura, redução de custos e de transporte, localização, entre outros elementos responsáveis por um grande dinamismo do setor de serviços. É nesse contexto que o setor terciário assume uma nova conotação, onde o setor atua como “acessório” à indústria através de geração de empregos na educação, saúde, saneamento básico, serviços públicos, além dos serviços especializados (consultoria, informática, assistência técnica, entre outros).

Como na economia nacional, o setor de serviços mantém-se como o que mais contribui na formação do Produto Interno Bruto (PIB) cearense, mesmo diante da realidade estadual que tem, desde os anos 1990, priorizando programas de desenvolvimento industrial. Entre 2002 e 2006, a participação do PIB do setor de serviços oscila em torno de 70% (Tabela 1).

A agricultura apresenta resultados modestos, tendo atingido 8,39% em 2003, fechando esse período com uma participação de 7,26%. Apesar da tentativa de atuação de programas modestos de promoção do desenvolvimento do meio rural, implementados no governo de Lúcio Alcântara (2003 a 2007) e cujo objetivo seria a ênfase na consolidação de agropolos e agronegócios, como forma de propiciar o aumento da renda, produtividade e competitividade no meio rural e fomento de atividades agropecuárias viáveis para a consolidação da economia cearense (ALCÂNTARA, 200?), os resultados não se mostram significativos. (Tabela 1).

O setor industrial, que, a partir da implantação dos FDI, passou a receber significativos incentivos, já não apresenta a mesma dinâmica dos primeiros governos da “era das mudanças”. Atinge a menor participação em 2003 (21,76%) e a maior no ano seguinte, com 25,13%, terminando o período com 23,53% em 2006.

Em se tratando da participação dos diferentes ramos de atividade na composição do emprego formal do estado, o setor de serviços é responsável pela grande maioria dos postos de trabalho, apesar de ser notada uma leve redução de sua participação entre 1996 e 2006, o qual apresentava 60,64% dos empregos estaduais, atingindo 59,16% no final do período. A indústria e agropecuária apresentam ganhos

Tabela 1 – Ceará – Evolução e Participação do PIB do Valor Adicionado a Preços Básicos, R\$ de 2000, das Grandes Atividades Econômicas (1996 a 2006)

ANOS	AGRICULTURA	%	INDÚSTRIA	%	SERVIÇOS	%	TOTAL
2002	1.506.220,88	7,15	4.778.144,49	22,67	14.792.756,24	70,18	21.077.121,61
2003	1.754.900,60	8,39	4.553.073,37	21,76	14.616.802,83	69,85	20.924.776,8
2004	1.550.048,53	7,07	5.503.313,58	25,13	14.846.264,88	67,79	21.899.626,99
2005	1.373.157,84	6,01	5.266.894,78	23,065	16.194.580,44	70,92	22.834.633,06
2006	1.749.455,22	7,26	5.671.946,81	23,53	16.679.315,44	69,20	24.100.717,47

Fonte: Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>.

Tabela 2 – Ceará – Desempenho do Emprego Formal segundo o Ramo de Atividade – 1996 e 2006

Ramo de atividade	1996	%	2006	%
Indústria	120.915	19,66	205.879	20,81
Construção civil	32.466	5,28	34.666	3,50
Comércio	74.770	12,16	141.237	14,27
Serviços	372.961	60,64	585.333	59,16
Agrop., Extr. veg., caça e pesca	9.693	1,58	22.375	2,26
Outros/ignorado	4.234	0,69	0	0
Total	615.039	100,00	989.490	100,00

Fonte: RAIS.

de participação. No caso da indústria, o setor participa com 19,66% do total de empregos em 1996 e 20,81% em 2006, e a agropecuária totaliza 1,58% em 1996, aumentando sua participação para 2,26% em 2006. (Tabela 2).

Em termos de taxa de crescimento, considerando o emprego formal do setor de serviços, para os casos do Ceará, Nordeste e Brasil de 1996 a 2006, podemos identificar uma melhor *performance* do estado cearense com uma taxa de 4,61% a.a. ao longo da década, contra 4,59%, a.a. para o Nordeste e 3,93% a.a. para o Brasil. (Tabela 3).

Além do crescimento do número de empregos no setor de serviços cearense, que passa de 372.961 para 585.333 no período analisado (Tabela 3), também se pode notar o crescimento considerável do número de estabelecimentos classificados no setor terciário, o qual passa de 12.285, em 1996, para 20.299, em 2006, o que representa um crescimento de 5,15% a.a. para o período. (Tabela 4). Porém, o crescimento no número de empregos e de estabelecimentos não é acompanhado pela remuneração média do

setor, que passa de 3,83 SM para 2,86 SM entre os anos de estudo (significando uma taxa negativa de crescimento de 2,88% a.a.). Quanto ao tamanho médio do estabelecimento, podemos observar uma tendência natural de redução de número de empregados por unidade, que correspondia a 30,36 em 1996, atingindo 28,84 em 2006, resultando em uma taxa negativa de crescimento de 0,51% a.a. (Tabela 4). Essa tendência é consequência dos processos de

Tabela 3 – Ceará, Nordeste e Brasil – Taxa de Crescimento do Emprego Formal no Setor de Serviços – 1996 e 2006

Anos	CE	NE	BR
1996		372.961	
2006		2408755	12889559
		585.333	
		3772189	18951696
Tx. Cresc (%)	4,61	4,59	3,93

Fonte: Elaboração Própria dos Autores a partir dos Dados da RAIS.

Tabela 4 – Ceará – Estabelecimentos, Empregos, Remuneração Média, Tamanho do Estabelecimento no Setor de Serviços – 1996 e 2006

Especificação	1996	2006	Taxa de crescimento (%)
Nº de estabelecimentos	12.285	20.299	5,15
Nº de empregos	372.961	585.333	4,61
Remuneração média	3,83	2,86	-2,88
Tamanho médio do estabel.	30,36	28,84	0,51

Fonte: Elaboração Própria dos Autores a partir dos Dados da RAIS.

Obs.: Remuneração média em salários mínimos e tamanho médio em número de empregados por estabelecimento.

enxugamento do número de trabalhadores, muitos dos quais terceirizados, além da ênfase a nova estrutura incorporada pelo mercado, que passa a utilizar cada vez mais de trabalhadores multifuncionais, polivalentes, entre outros.

Para uma análise mais desagregada do emprego formal do setor de serviços, tomaram-se como base os dados da RAIS de 1996 e 2006 (BRASIL, 1996; BRASIL, 2006), com destaque para os principais

subsetores da atividade terciária: Comércio varejista (COM VAREJ); Comércio Atacadista (COM ATAC); Instituições de crédito, seguros e capitalização (INST FINANC); Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnico-profissionais (ADM TEC PROF); Transportes e comunicações (TRAN E COM); Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção e redação (ALoj E COMUNIC); Serviços médicos, odontológicos, e veterinários (MED ODONT

Tabela 5 – Ceará – Distribuição do Emprego Formal por Atividades Terciárias – 1996 e 2006

ATIVIDADES ECONÔMICAS	1996 Nº	%	2006 Nº	%
COM VAREJ	59.927	13,38	120.815	16,63
COM ATAC	14.843	3,32	20.422	2,80
INST FINANC	12.326	2,75	13.015	1,79
ADM TEC PROF	30.165	6,74	89.927	12,38
TRAN E COM	26.787	5,98	33.553	4,62
ALoj E COMUNIC	43.013	9,61	80.710	11,11
MED ODON VET	37.730	8,43	25.958	3,57
ENSINO	68.747	15,35	34.695	4,78
ADM PÚBLICA	154.193	34,44	307.475	42,32
TOTAL	447.731	100,00	726.570	100,00

Fonte: Elaboração Própria dos Autores a partir dos Dados da RAIS.

VET); Ensino (ENSINO); e Administração pública direta e autárquica (ADM PUBLIC) (Tabela 5).

Pode-se notar que o subsetor de serviços que apresenta maior representatividade na formação do emprego é a ADM PUBLIC, gerando 34,44% do número de empregos formais em 1996 e 42,32% em 2006, o que representa um significativo crescimento. Isso reflete o peso que o Estado historicamente assumiu na dinâmica econômica nacional, fato que também se reflete nas esferas estaduais. O segundo subsetor de maior representatividade para o início da série é o setor de ENSINO, com 15,35% dos empregos gerados, perdendo o posto em 2006 para o COM VAREJ, tida como atividade que geralmente demanda menor qualificação profissional. Em 2006, essa última gera 16,63% dos empregos e o setor de ENSINO, apenas 4,78%. Outro grupo com participação significativa é o de ALOJ E COMUNIC, formado por atividades que também exigem menor qualificação, como setores de alimentação, reparação, manutenção, entre outros, que passam de 43.013 números de empregos em 1996 para 80.710 em 2006. (Tabela 5). Esse setor tem destaque devido à importância da cadeia de turismo para o Estado do Ceará (envolvendo bares, restaurantes, hotéis etc.), mas, também, se caracterizada por picos de ocupação, dada a sazonalidade de grande parte das atividades.

Merecem destaque, ainda, no tocante a números de empregos gerados para a década: ADM TEC, que apresenta a maior taxa de crescimento anual, com 11,54% a.a. para o decênio; ALOJ E COMUNIC, 7,26 % a.a. e ADM PUB com 7,15% a.a. Cabe ressaltar os subsetores que apresentaram redução no tocante à taxa de crescimento, como: o ENSINO e MED ODON VET com -6,61% a.a. e -3,67% a.a., respectivamente, entre 1996 e 2006.

Ao analisar a escolaridade média segundo os subsetores ocupacionais do setor de serviços cearense, podemos observar a elevação ininterrupta dos anos de estudos da mão de obra empregada, que passa de 8,5 anos de qualificação, em 1996, para 10,41 anos de estudo em 2006, refletindo uma melhoria na qualificação profissional dos empregados cearenses. (Tabela 6).

Tabela 6 – Ceará – Escolaridade Média em 31/12, segundo os Subsetores Ocupacionais de Serviços – (1996 A 2006)

Anos	Escolaridade média
1996	8,5
1997	8,89
1998	9,00
1999	9,26
2000	9,31
2001	9,47
2002	9,69
2003	9,90
2004	-
2005	10,20
2006	10,41

Fonte: Elaboração Própria dos Autores a partir dos Dados da RAIS.

Quanto ao grau de escolaridade da mão de obra empregada, podemos observar, através da Tabela 7, a melhoria na formação no mercado de trabalho da atividade terciária, com uma relevante redução em termos percentuais de trabalhadores com níveis de formação inferior ao 1º grau completo. Em contrapartida, nota-se o aumento do número de empregados nas faixas de escolaridade do 2º grau incompleto e completo principalmente, superior incompleto e superior completo.

Em todas aquelas faixas de escolaridade, diminui a concentração de trabalhadores, enquanto aumenta o número de trabalhadores com o segundo grau incompleto, com 4,31% em 1996 e 5,62% em 2006; segundo grau completo, que era de 30,19% em 1996 e passa para 37,03% em 2006; superior incompleto, que apresentava 2,64% em 1996, passando para 22,40 em 2006; e superior completo, que respondia por 13,12% dos empregos em 1996 e é responsável por 22,55% da mão-de-obra empregada em 2006.

A tendência da concentração de trabalhadores nas faixas de escolaridade destacadas anteriormente fica evidenciada, portanto, através da taxa de variação para o decênio: segundo grau incompleto apresenta variação de 104,52%; segundo grau completo, 92,51%; superior incompleto e completo com variações de 177,07% e 169,75%, respectivamente, para a década. (Tabela 7).

Tabela 7 – Ceará – Nível de Escolaridade do Pessoal Ocupado no Setor de Serviços – (1996 e 2006)

ESCOLARIDADE	1996	%	2006	%	Tx. de Variação
Analfabeto	14.525	3,89	5.832	1,00	-59,85
4ª série incompleta	34.653	9,29	30.816	5,26	-11,07
4ª série completa	38.417	10,30	23.440	4,00	-38,99
8ª série incompleta	38.290	10,27	40.050	6,84	4,59
8ª série completa	55.151	14,79	76.329	13,04	38,40
2º grau incompleto	16.093	4,31	32.914	5,62	104,52
2º grau completo	112.581	30,19	216.731	37,03	92,51
Superior Incompleto	9.839	2,64	27.261	22,40	177,07
Superior completo	48.920	13,12	131.960	22,55	169,75
Ignorado	4.492	1,20	-	-	-
Total	372.961	100,00	585.333	100,00	56,94

Fonte: Elaboração Própria dos Autores a partir dos Dados da RAIS.

No que concerne a níveis de remuneração obtidos pelo pessoal ocupado no grande setor de serviços, nota-se que, apesar de melhorias na qualificação de profissionais em anos de estudos, os salários não acompanham os níveis de escolaridade. Demonstra-se, assim, a falta de oportunidades de empregos com melhores remunerações no Ceará. Os índices de remuneração mais significativos em termos percentuais estão entre 1 e 2 SM, faixa que concentrava 23,12% dos empregos no ano de 1996, número que se eleva consideravelmente para 48,06% no ano de 2006, mostrando a intensa precarização do mercado de trabalho no setor terciário cearense.

Nota-se, ainda, uma queda do número da mão de obra em faixas de maiores remunerações, com destaque para a expressiva redução do número de trabalhadores que auferiam mais de 5 salários mínimos, 80.673 trabalhadores em 1996, o que corresponde a 21,63% da mão de obra ocupada, e 75.079 trabalhadores em 2006, resultando num percentual de 12,82%, como pode ser observado na Tabela 8.

Outro atributo a ser analisado e que permite inferir sobre padrões de qualidade do emprego no setor terciário é a distribuição da mão de obra por tempo de serviço e suas tendências de rotatividade. No Ceará, é expressivo o número de trabalhadores que se encontram empregados por 5 anos ou mais, 57,79%, em 1996. Porém, essa faixa, que expressa uma maior estabilidade no trabalho, perde em concentração

Tabela 8 – Ceará – Nível de Remuneração em 31/12 por Atividade do Setor de Serviços – 996 e 2006

Faixas	1996	%	2006	%
Até 1	72.528	19,44	98.085	16,76
Entre 1 e 2	86.335	23,12	28.1295	48,06
Entre 2 e 3	47.704	12,79	63.042	10,77
Entre 3 e 5	46.469	12,46	62.451	10,67
Acima de 5	80.673	21,63	75.079	12,82
Ignorado	39.352	10,55	5.381	0,92
Total	372.961	100	585.333	100

Fonte: Elaboração Própria dos Autores a partir dos Dados da RAIS.

de trabalhadores, já que o percentual se reduz para 45,54% em 2006.

Tabela 9 – Ceará – Total de Empregados por Tempo de Serviço nos Estabelecimentos Terciários – 1996 e 2006

Anos de serviço	1996	%	2006	%
Menos de 2	98.344	26,37	207.503	35,45
2 a 3	25.968	6,96	40.833	6,98
3 a 5	32.480	8,71	70.237	12,00
5 ou mais	215.563	57,79	266.559	45,54
Ignorado	606	0,16	201	0,03
Total de empregados	372.961	100,00	585.333	100,00

Fonte: RAIS.

A faixa geralmente considerada para caracterizar a rotatividade da mão de obra empregada, menos de 2 anos de tempo de serviço, apresenta número expressivo de trabalhadores em 1996 (26,37%),

situação que se precariza na década em análise, quando 35,45% da mão de obra passam a se concentrar nessa faixa. (Tabela 9).

No que diz respeito à distribuição da ocupação no grande setor de serviços cearense, no ano de 1996, podemos observar uma maior representatividade dos empregados nos segmentos de serviços turísticos, hospedagem, serventes, higiene e beleza, segurança e auxiliares da saúde com 115.684 empregos e 31,02 em termos percentuais. Muitos desses serviços exigem menor grau de escolaridade e remuneração e também são marcados por alta rotatividade e sazonalidade. O segundo segmento no setor que mais emprega no ano de 1996 são os trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados, com 106.408 postos de trabalho e 23,53%; e o terceiro grupo que merece destaque nas ocupações dos serviços são os trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados, com 88.253 empregos, e que representam 23,66 em índices percentuais. (Tabela 10).

Para o ano de 2006, podemos mencionar como principal destaque para as ocupações, os profissionais das ciências e das artes, com 164.798 postos de trabalho e 28,15 em termos percentuais. Já os trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados totalizam 148.764 postos de empregos e 25,42%; o terceiro grupo de ocupação são os trabalhadores de serviços administrativos com 105.055 postos de trabalho e que representam 17,95 em índices percentuais. (Tabela 10).

Para o ano de 2006, podemos mencionar como principal destaque para as ocupações, os profissionais das ciências e das artes, com 164.798 postos de trabalho e 28,15 em termos percentuais. Já os trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados totalizam 148.764 números de empregos e 25,42%. O terceiro grupo de ocupação são os trabalhadores de serviços administrativos, com 105.055 postos de trabalho e que representam 17,95 em índices percentuais. (Tabela 10).

Ao desagregar as ocupações do setor cearense através dos dados da RAIS de 1996 e 2006, no tocante à distribuição dos empregos dos grandes subsetores

de serviços, podemos notar grande destaque para os professores, que representam 18,82 do percentual total do número de empregos em 1996, com leve redução em 2006: 18,75%. (BRASIL, 1996; BRASIL, 2006). Já os trabalhadores de serviços, de limpeza de edifícios, logradouros públicos e trabalhadores assemelhados representam 12,57 em índices percentuais, além dos trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assemelhados e agentes administrativos, com 11,09% e 10,05%, respectivamente, em 1996. Outro grande destaque para o ano de 2006 são os trabalhadores dos serviços (21,19%), além dos escriturários (14,30%). (MADEIRA; ALVES, 2009).

3 – SETOR DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PERSPECTIVA ESTADUAL

Nas últimas décadas, o estudo do setor de serviços ganha destaque na literatura econômica, conforme mencionado, dada a sua importância para ampliação e manutenção da renda, bem como para a determinação e composição do emprego das diferentes economias.

Para Dedecca (1990), após períodos em que a agricultura e depois a indústria representaram o centro dinâmico da economia brasileira (processo de complexificação da estrutura produtiva e da infraestrutura), estas perderiam participação relativa e sua função de motor de desenvolvimento da economia passaria a ser vinculada e exercida pelo setor terciário.

No Brasil, a expansão do emprego no setor de serviços acompanha o avanço do processo de industrialização através do Processo de Substituição de Importações, nos anos de 1970. Para Almeida e Silva (1973), a industrialização e urbanização teriam provocado um aumento da força de trabalho nas atividades terciárias, principalmente em ramos que exigiam menor qualificação e que apresentavam menores remunerações.

[...] A importância do setor de serviços no Brasil nesta década é explicada por dois movimentos distintos: No processo de desenvolvimento, a expansão da produção industrial e da agropecuária exigiu um aumento das atividades de distribuição de mercadorias e dos serviços financeiros, ramos de

Tabela 10 – Ceará – Distribuição da Ocupação no Setor de Serviços – 1996 e 2006

ATIVIDADES ECONÔMICAS	1996	%
Trabalhadores das profissões científ., técnicas, artísticas e trab. assem.	21.935	5,88
Trabalhadores das profissões científ., técnicas, artísticas e trab. assem.	88.253	23,66
Membros poder legisl., execut., judic., func. públ.. superv., diret., empr. e trab. assem.	6.48	1,74
Trabalhadores de serv. administrativos e trab. assemelhados	106.408	28,53
Trabalhadores de com. e trab. assemelhados	2.608	0,70
Trabalhadores serv. turíst., hosped., serv. hig. e embelez., segurança, aux. saúde	115.684	31,02
Trabalhadores agropecuarios, florestais, da pesca e trab. assem	1.159	0,31
Trabalhadores prod. indust., oper. máq., condut. veíc. e trab. assem. – grande gr	1.188	0,32
Trabalhadores prod. indust., oper. máq., condut. veíc. e trab. assem. – grande gr	4.057	1,09
Trabalhadores prod. indust., oper. máq., condut. veíc. e trab. assem. – grande gr	22.631	6,07
Ignorado	2.554	0,68
TOTAL	372.961	100,00
ATIVIDADES ECONÔMICAS	2006	%
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de	26.075	4,45
Profissionais das ciências e das artes	164.798	28,15
Técnico de nível médio	77.109	3,17
Trabalhadores de serviços administrativos	105.055	17,95
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	148.764	25,42
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	1.930	0,33
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	31.483	5,38
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	2.723	0,47
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	25.637	4,38
Ignorado	1.759	0,30
TOTAL	585.333	100,00

Fonte: Elaboração Própria dos Autores a partir dos Dados da RAIS.

atividades estritamente relacionadas com produção de bens. Neste caso, a expansão destes serviços seria uma resposta às necessidades de construção de segmentos modernos; a urbanização nos países periféricos foi acompanhada, de modo mais geral, por um aumento da força de trabalho nos serviços e na construção civil [...] com mão-de-obra de baixo grau de qualificação que buscaram a cidade por atividades mais tradicionais do comércio e da prestação de serviços pessoais. (MELO et al., 1998, p. 19-20).

Para Pochmann (2001), o setor de serviços apresentou-se como importante absorvedor de mão de obra desde sua origem, resultante em grande parte do

movimento do êxodo rural pela insuficiência de postos de trabalho nos setores primário e secundário para o número de empregados disponíveis no mercado. Kon (1999) destaca ainda o papel da complementaridade das atividades de serviços em relação à evolução das atividades industriais brasileiras.

Os anos 1980 são considerados um período de fortes desequilíbrios macroeconômicos, associados ao esgotamento do modelo de substituição de importações, aos impactos das crises externas (1º e 2º choques do petróleo) sobre a economia nacional

e ao processo de ajuste ortodoxo implementado na primeira metade da década. Os principais desequilíbrios estão intrinsecamente ligados à crise fiscal do Estado brasileiro ao processo inflacionário crônico; este último será alvo de sucessivos programas de estabilização heterodoxa, na segunda metade da década de 1980, que não apresentam sucesso no combate à inflação.

Os anos de 1990 marcam um período de grandes transformações político-econômicas no país, ainda impactado pela recessão da década anterior. O período é caracterizado pela diminuição da participação do Estado na economia, associada às mudanças significativas que envolvem as relações de trabalho, desregulamentação dos mercados, processos de abertura comercial e financeira, privatizações, valorização cambial, além de graves consequências de políticas de juros sobre o crédito. (ALVES, 2003).

A partir de 1994, dada a estabilização monetária promovida pelo Plano Real, privatizações e alterações no ambiente macroeconômico, com o aprofundamento da abertura comercial, as empresas brasileiras viram-se obrigadas a intensificar o processo de reestruturação produtiva e empresarial. Em face da adaptação a um novo ambiente competitivo, empresas procuraram adequar-se à nova ideologia no mercado de trabalho através de políticas de menores custos, maior qualidade e melhor escala de produção com produtos mais competitivos a fim de organizar a produção e o trabalho de forma a permitir que uma grande diversidade de produtos e serviços fosse oferecida no mercado. Os resultados dessa reestruturação empresarial são: redução da mão de obra, terceirização das atividades (limpeza, segurança, vendas etc.), aumento de importações, entre outros.

Neste cenário, segundo Proni et al. (2005), um dos fatores que impulsionaram a modernização e o aumento da participação no setor de serviços na década de 1990 foi a entrada de capital estrangeiro no país, sendo o ramo financeiro, de telecomunicações, transportes e comércio varejista e atacadista que alavancaram esse processo. Nos bancos, por exemplo, a introdução de novas tecnologias foi decisiva para o melhor atendimento dos clientes, através da automação dos serviços (autosserviços); as telecomunicações, após privatizações e entrada de novos agentes,

puderam aumentar a oferta do serviço e atender um maior número de pessoas; no comércio varejista, as mudanças mais relevantes se deram nos segmentos de super e hipermercados com a diversificação dos serviços como: informatização, leitura óptica de códigos de barras, relação com o fornecedor etc.

É importante entender, nessa dinâmica, que o setor de serviços começa a ganhar destaque, principalmente nas duas últimas do século XX e início do século XXI, não apenas na complementaridade das atividades industriais mas considerando os novos ciclos de desenvolvimento da economia capitalista e o espaço central, que passam a ocupar as tecnologias da informação e comunicação para esse padrão de desenvolvimento; o setor de serviços passa a ser considerado peça-chave, à medida que se qualifica como importante segmento absorvedor dessas tecnologias. (BARRAS, 1986 apud VARGAS, 2009).

Nesse sentido, passa-se a identificar, no fim da década de 1980, novas abordagens que dão uma perspectiva sistêmica aplicada aos serviços, ao vincularem, portanto, a relação de sistemas de inovação ao setor em consideração. Nessas abordagens, os determinantes do processo de inovação não se encontram necessariamente atrelados à indústria manufatureira.

Considerando os estudos sobre desenvolvimento regional ou local, as ideias de economias de aglomeração ganham destaque, à medida que elas

estão associadas com o conjunto de facilidades proporcionadas por uma determinada localização em termos de infra-estrutura, atuando, sobretudo, na redução de custos de transporte e de comunicação, nos benefícios da proximidade com universidades e centros de pesquisa, no clima propício aos negócios, dentre outros elementos. (VARGAS, 2009, p. 14).

Porém, como enfatiza Vargas (2009), tanto a noção de economias de aglomeração como de urbanização, analisadas estritamente, conferem ao setor de serviços “um papel acessório à indústria”. Nesse sentido, Moulaert e Gallouj (1993 apud VARGAS, 2009, p. 18) chamam a atenção para a necessidade de uma ampliação da noção de economias de aglomeração.

O caráter local deve incorporar também, na visão dos autores, os efeitos da interação da aglomeração

com outras aglomerações locais. Desta forma, seria possível a superação teórica do fato que a tecnologia impõe: mesmo quando a aglomeração é importante, a tecnologia impõe integração e interação que vão além do limite local.

Sob essa perspectiva, é importante o entendimento do ponto de vista da oferta, de “como determinada região pode oferecer recursos para a inovação, por exemplo, por intermédio da relação de serviço” e do lado da demanda, no “uso que atores locais podem fazer dos resultados advindos desta interação”. Elementos dessa abordagem sistêmica podem ser encontrados em Djellal e Gallout (2006 apud VARGAS, 2009).

No caso do Estado do Ceará, a estratégia de crescimento econômico que norteia a mudança no modo de regulação estadual pós-1987, inaugurada na primeira gestão do Governo Tasso Jereissati, destaca-se pelo uso intensivo de incentivos fiscais e financeiros para atração de investimentos externos. A política de atração de novas empresas adota critérios diferenciados na concessão de incentivos, visando ao crescimento econômico descentralizado espacialmente, apontando para a interiorização dos investimentos, e passa a privilegiar principalmente os setores coureiro-calçadista, metal-mecânico, alimentício, têxtil e de confecções. Isso é observado quando da implementação dos chamados FDI, Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI-PROVIN, pós-1989) que possibilitaram ao estado o estabelecimento de incentivos sob a forma de empréstimos, utilizando como base o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (VASCONCELOS; ALMEIDA; SILVA, 1999), revertidos como capital de giro, destinado principalmente às empresas que se instalassem ou que resolvessem modernizar-se, ampliar e realocar suas plantas industriais no Ceará.

Assim, nesse cenário, o Ceará consegue consolidar o ajuste fiscal, mesmo no ambiente de crise fiscal da economia brasileira verificado no período, mostrando-se preparado para receber inversões através de políticas de atração de investimentos por meio de incentivos fiscais, além de promover, dessa forma, o desenvolvimento da região por via da industrialização.

Mais recentemente, particularmente a partir de 2002, conforme enfatizado aqui anteriormente, a concessão de incentivos passou a ser orientada pela visão de cadeias produtivas. No chamado FDI-II, a intenção da alteração seria, portanto, o estímulo à formação de *clusters* e cadeias produtivas no estado. Nesse sentido, foi adotado um sistema de incentivos que tinha por prioridade a formação de aglomerados industriais em regiões mais produtivas, tendo por centros determinados municípios do Ceará, que já possuíam um começo de aglomeração de empresas. Cabe salientar que as empresas localizadas nesse aglomerado continuariam recebendo os investimentos, porém estes seriam menores do que os incentivos concedidos às empresas que se instalassem nos municípios-sede. (PONTES; VIANA; HOLANDA, 2006).

Quanto ao resultado dessas aglomerações das respectivas economias locais, vê-se como consequências: otimização das escalas de produção, redução de custos de transação, constituição de um mercado de trabalho especializado e maiores possibilidades de inovação e geração de novos projetos e negócios. (CEARÁ, 2002).

Ainda de acordo com Pontes; Viana e Holanda (2006), o decreto de nº 27.040, de 09 de maio de 2003, provoca uma grande reestruturação no que concerne aos conceitos operacionais de desenvolvimento da política de incentivo à industrialização no Ceará. Essas modificações dentro da lógica econômica resultariam em externalidades positivas. Trata-se do FDI- III, que valoriza desde o número de empregos gerados até o volume de investimentos das empresas. O valor da pontuação se modificava entre as variáveis. A pontuação máxima do critério era: volume de investimentos (13 pontos), geração de empregos (12 pontos), setores e cadeias produtivas (8 pontos), aquisição de matéria-prima e insumos no Ceará (7 pontos), localização geográfica (6 pontos) e responsabilidade social (4 pontos), sendo estabelecido ainda que o valor mínimo do investimento seria de 25% para pontos menores e 75% para 50.

Observa-se, portanto, que, na política recente de desenvolvimento estadual, apesar da questão local determinar um peso importante na aglomeração de serviços, o segmento ainda se encontra largamente

vinculado às noções de economias de aglomeração ou *clusters*, como enfatizam os últimos FDI, atrelado, portanto, ao aspecto de setor “acessório” à atividade industrial, limitando a perspectiva sistêmica que a atividade pode estabelecer em sua contribuição para o desenvolvimento local.

Nesse sentido, é primordial que a formulação de políticas públicas passe a contemplar políticas específicas para o desenvolvimento local baseado em serviços, como forma de ampliar o potencial desse desenvolvimento, como enfatiza Gallouj (2006 apud VARGAS, 2009).

Reconhece-se, aqui, que a estrutura do setor de serviços cearense é limitada na geração de externalidades positivas, à medida que predominam setores pouco integrados, com alta taxa de rotatividade e baixos níveis de remuneração, ou atividades que exigem baixa qualificação.

Assim, o apoio do estado a atividades que gerem externalidades positivas e que reforcem a competitividade sistêmica, integrando os agentes produtivos locais, passa a ser fundamental na construção de uma proposta de desenvolvimento sustentável e integrado. Para isso, atividades de ensino e aprendizagem, com prioridade em centros de inclusão digital, núcleos de informação tecnológica, fortalecimento da educação básica e superior, com a ampliação e interiorização de polos de educação, contribuindo para a redução da desigual densidade técnico-científica dos espaços regionais brasileiros, devem fazer parte da agenda de políticas públicas, seja em nível federal, estadual ou municipal. Para isso, é fundamental que a educação seja considerada como um fator que “transcende os espaços formais onde ela é tratada e que o conhecimento é também produzido e disseminado em outras esferas, gerando um sistema complexo de interações.” (CORDEIRO NETO; ALVES, 2008, p. 4).

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, processos de reestruturação produtiva ganham força tardiamente, a partir dos anos 1990, alavancados pelos processos de liberalização econômica, abertura comercial, privatizações, dentre

outros, culminando, da mesma forma, no aumento considerável de postos de trabalho no setor de serviços.

O Ceará sofre reflexos não apenas das mudanças estruturais ocorridas na economia brasileira desse período, mas também de um novo modelo de desenvolvimento implementado pós-1987, que, apesar de focalizar seus esforços em promover o crescimento do estado por via da industrialização, através de incentivos fiscais e creditícios, além de adoção de políticas de atração de investimentos e inversões em infraestrutura, consegue promover resultados positivos para a indústria local no decorrer das décadas posteriores. É o setor de serviços, porém o grande responsável pelo dinamismo do PIB estadual (69,20% para o ano de 2006, contra 56,47% em 1996) e em geração de empregos para o decênio em análise (585.333 em 2006, contra 372.961 em 1996).

Nesse contexto, o mercado de trabalho cearense, nos anos de 1996 e 2006, apresenta taxas de crescimento do setor terciário maiores que as taxas do Nordeste e Brasil (4,61% a.a., 4,59% a.a. e 3,93%, a.a., respectivamente). Grande destaque para a sua participação na geração de empregos, nos quais o setor apresentava 60,64% em 1996, atingindo 59,16% no fim do período. Também se pode notar o crescimento considerável do número de estabelecimentos classificados no setor de terciário, o qual passa de 12.285 em 1996 para 20.299 em 2006, o que representa um crescimento de 5,15% a.a. para o período.

Porém, apesar de o setor de serviços cearense mostrar-se dinâmico em percentuais de geração de emprego e crescimento no número estabelecimentos, tal dinamismo não é acompanhado por grandes transformações nos padrões de qualidade desse mercado de trabalho. Predominam, nesse setor, apesar da melhora em termos de escolaridade, indicador que não é exclusividade desse segmento, trabalhos com baixos níveis de remuneração e altas taxas de rotatividade, evidenciando a falta de oportunidades de empregos com melhores remunerações no Ceará.

Esses fatores reforçam a urgência de se pensarem programas ou políticas de desenvolvimento que

incorporem o setor de serviços numa perspectiva sistêmica, reconhecendo a importância do setor como absorvedor de novas tecnologias e potencializador de externalidades, elementos tão fundamentais para a construção de uma proposta de desenvolvimento sustentável e integrado.

ABSTRACT

In the end of twentieth century, the services sector stands out, in the global and national economy, when globalization and productive restructuring set this sector as a major absorber of liberated employment, mainly by industry. In Brazil, that is clear in face of the institutional reforms from the 1990s. Ceará stands out from the new development strategy which involves fiscal adjustment and investment attraction. This paper tries to understand how the dynamization of that sector in this state happened, considering its consequences for employment. It uses data from Annu List of Social Information (RAIS)/Ministry of Labor and Employment (MTE). It still establishes brief considerations on the systemic perspective that activity may establish in their contribution to local development. It concludes that, although, this sector shows to be dynamic in percentage of job creation and growth of number of establishment, such dynamism is not followed by major changes in the quality standards of the labor market..

KEY WORDS

Labor Market. Services. State of Ceará.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, L. As ações do governo do Estado com ênfase para os relacionados com o desenvolvimento regional. In: PALESTRA PARA OS ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE ALTOS ESTUDOS DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. [200?], Fortaleza. **Anais...** [200?].
- ALMEIDA, W. J. M. de; SILVA, M. C. da. **Dinâmica do setor serviços no Brasil: emprego e produto.** Rio de Janeiro: IPEA, 1973. (Relatório de Pesquisa, 18).
- ALVES, C. L. B. **Considerações sobre a abertura comercial e seus rebatimentos na economia brasileira dos anos 90.** 2003. 125 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Trabalho) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2003.
- ALVES, C. L. B.; LIMA, C. C. S. de. **Dinâmica do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no Brasil: evidências recentes de um fenômeno econômico consolidado.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 14., 2009, São Paulo. Anais... São Paulo: PUC, 2009.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negociação do trabalho. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 1999.
- BARRAS, R. Towards a theory of innovation in services. **Research Policy**, v. 15, p. 161-173, 1986.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais: RAIS.** Brasília, DF: 1996. CD-ROM.
- _____. _____. Brasília, DF, 1997. CD-ROM.
- _____. _____. Brasília, DF, 1998. CD-ROM.
- _____. _____. Brasília, DF, 1999. CD-ROM.
- _____. _____. Brasília, DF, 2000. CD-ROM.
- _____. _____. Brasília, DF, 2001. CD-ROM.
- _____. _____. Brasília, DF, 2002. CD-ROM.
- _____. _____. Brasília, DF, 2003. CD-ROM.
- _____. _____. Brasília, DF, 2004. CD-ROM.
- _____. _____. Brasília, DF, 2005. CD-ROM.
- _____. _____. Brasília, DF, 2006. CD-ROM.

CEARÁ. **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa**. Fortaleza, 2002.

CORDEIRO NETO, J. R.; ALVES, C. L. B. A relação entre escola e território na promoção do desenvolvimento local: implicações para as políticas educacionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS, 4., 2008, Franca. **Anais...** Franca: UNI, 2008.

DEDECCA, C. S. **Dinâmica econômica e mercado de trabalho urbano**: uma abordagem da Região Metropolitana de São Paulo. 1990. 234 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

DJELLAL, F.; GALLOUJ, C. Services aux entreprises, innovation et développement régional. In: GALLOUJ, C. et al. (Ed.). **Services aux entreprises et développement régional**: bilan et perspectives. Bruxelles: Editions De Boeck, 2006. p. 365-396.

GALLOUJ, C. Incitations et politiques de développement des services: une approche historique et typologique. In: GALLOUJ, C. et al. (Ed.). **Services aux entreprises et développement régional**: bilan et perspectives. Bruxelles: Editions De Boeck, 2006. p. 109-158.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IBGE. **Contas regionais do Brasil**. Rio de Janeiro, 2008. (Série de relatórios metodológicos, n. 37).

IPEA. **Série do PIB estadual a preços constantes R\$ de 2000**. Disponível em: <<http://ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 4 jul. 2009.

KON, A. Sobre as atividades de serviços: revendo conceito em tipologias. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 64-83, abr./jun. 1999.

MADEIRA, S. A.; ALVES C. L. B. **Estrutura e dinâmica do setor de serviços no Ceará nos anos de 1996 e 2006**: relatório técnico-científico do Projeto Voluntário Economia. Crato: URCA, 2009.

MELO, H. P. et al. **O setor de serviços no Brasil**: uma visão global: 1985/ 2005. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para Discussão, n. 549).

MOULAERT, F.; GALLOUJ, C. The locational geography of advanced producer service firms: the limits of economies of agglomeration. **The Service Industries Journal**, v. 13, n. 2, p. 91-106, Apr. 1993.

POCHMANN, M. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

PONTES, P. A.; ALMEIDA, M. B. A. **Política de atração de investimentos industriais no Estado do Ceará no período 1995-2001**. Fortaleza: UFC, 1998.

PONTES, P. A.; VIANNA, P. J. R.; HOLANDA, M. C. **A política de atração de investimentos industriais do Estado do Ceará**: uma análise do período de 1995 a 2005. Fortaleza, 2006.

PRONI, M. W. et al. A modernização econômica no setor terciário no Brasil. In: DIESSE (Org.). **O trabalho no setor terciário**: emprego e desenvolvimento tecnológico. São Paulo, 2005.

SILVA, R. A. **Papel dos serviços no desenvolvimento regional brasileiro após 1990**. In: MACAMBIRA JÚNIOR, L. J. B.; CARLEIAL, L. M.

F. (Org.). **Emprego, trabalho e políticas públicas**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2009.

VALOIS, I. S.; ALVES, C. L. B. Caracterização do mercado de trabalho formal na indústria cearense durante a década de 90. In: MACAMBIRA JÚNIOR, L. J. B. (Org.). **O mercado de trabalho formal no Brasil**. Fortaleza: Editora da Imprensa Universitária da UFC, 2006a.

_____. **O mercado de trabalho cearense no ambiente da abertura comercial dos anos 90**: relatório técnico-científico do Projeto de Iniciação Científica Urca/CNPq. Crato: Urca, 2006b.

VARGAS, E. R. Serviços, inovação e desenvolvimento local. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, v. 11, n. 1, enero/abr. 2009.

VASCONCELOS, J. R. de; ALMEIDA, M. B. de; SILVA, A. B. da. **Ceará**: economia, finanças públicas e investimentos nos anos de 1986-1996. Brasília, DF: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, n. 627).

Recebido para publicação em 20.09.2010.